

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS**

EMERSON LAURINDO BEDNARZ

**UMA VISÃO SOCIOAMBIENTAL DO COOPERATIVISMO POPULAR
EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DO BRASIL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

**MEDIANEIRA
2018**

EMERSON LAURINDO BEDNARZ

**UMA VISÃO SOCIOAMBIENTAL DO COOPERATIVISMO POPULAR
EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DO BRASIL**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Ambiental em Municípios - Polo UAB do Município de Blumenau, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus* Medianeira.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Aparecido Fernandes

**MEDIANEIRA
2018**



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Gestão Ambiental em Municípios



TERMO DE APROVAÇÃO

Uma Visão Socioambiental do Cooperativismo Popular em Busca da
Sustentabilidade Econômica do Brasil

Por

Emerson Laurindo Bednarz

Esta monografia foi apresentada às 10 horas do dia 25 **de agosto de 2018** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios - Polo de Blumenau, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Dr. Carlos Aparecido Fernandes
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientador)

Profª Dra. Marcia Antonia Bartolomeu Agustini
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof. Me. Alex Sanches Torquato
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso.-

DEDICATÓRIA

Dedico a todos que se esforçam para o bem comum da humanidade. Principalmente a minha esposa Cláudia, que tanto me incentivou nesta dura empreitada.

Aos que pensam o ser humano não como máquinas e sim como seres que merecem o mínimo de dignidade, e não como marionetes manipuladas por elites, governos, economias.

Sendo assim, acabam jogados na boca do leão para que sejam extenuados ao extremo e assim sirvam para os senhores do mundo e, submetidos a condições extremas para a sua sobrevivência e de sua família.

Acabam por desespero sendo humilhados pela falta de opção, aceitando migalhas desses que deveriam defender a cidadania e autodeterminação dos povos.

Enfim, dedico aos que apesar das dificuldades não desistiram de lutar por um ideal nobre que é a causa social que a séculos atormenta a humanidade.

Para isso usamos a parábola do maior dos mestres de todos os tempos que diz que “devemos dar a Cezar o que é de Cezar e a Deus o que é de Deus” (uma referência do mestre Jesus sobre os males do capitalismo sem uma visão do social).

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por ter permitido, dando-me saúde e ânimo para poder participar desse estudo tão importante que é sobre Gestão Ambiental dos Municípios, e, graças a isso, poder contribuir com essa Monografia.

Sou muito grato a minha esposa Cláudia por dar força e coragem para terminar a graduação e também continuar essa especialização.

Devo muito também ao colega Roberto que foi decisivo em seu incentivo para que tudo isso fosse possível.

Obrigado a Cíntia, responsável pelo Setor de Jubilamento, ter acreditado, em mim, sendo sensível de ter estendido o prazo e deixando assim, terminar as últimas matérias.

Sou fã do professor, por isso admiro em especial um que ficou profundamente marcado, pra mim exemplo de Professor e Coordenador Vespalhok, que sempre com paciência e sabedoria me atendeu em seu gabinete.

Agradeço também ao Professor e Orientador Carlos Aparecido Fernandes, por ter dado tranquilidade e confiança no período de elaboração da Monografia para que eu tivesse leveza para o término da mesma.

Enfim, agradeço a todos os professores, tutores e técnicos da UTFPR que muito ajudaram a estender o conhecimento da base já formada no tempo de graduação na UFPR.

RESUMO

EMERSON LAURINDO BEDNARZ, Uma Visão Socioambiental do Cooperativismo Popular em Busca da Sustentabilidade Econômica do Brasil. 2018. 58 folhas. Monografia do Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

Este trabalho teve como temática A natureza é cooperativista por excelência, como o sol, por exemplo, que fornece luz para as plantas sintetizarem a fotossíntese e sendo assim poderem perpetuar a vida em nosso planeta. Nisto mostra a importância da cooperação que deve ser incentivada na nossa sociedade como norma da conduta. As universidades de uma maneira geral estão baseadas em filosofias elitistas e os alunos conseqüentemente estão inseridos num modelo capitalista competitivo que não observa o outro como um cooperado e sim como um concorrente pelo consumismo desenfreado. A visão educacional no mundo está compartimentada em segmentos, isto ocasiona meias verdades e ocasiona sérios problemas na sociedade, pois, a visão total e verdadeira fica comprometida, a geral e holística fica em segundo plano. A humanidade e sociedade pede passagem para outro tipo de educação e conseqüentemente outro tipo de atitude, aquela que é dilatada os pontos de vista pela interdisciplinaridade do conhecimento, tornando assim holística. As incubadoras tecnológicas populares vêm como uma solução e ponto chave para orientação da sociedade distorcida pela imoralidade e falta de ética daqueles que deveriam dar uma resposta científica e com valores espirituais de cooperação compartilhamento e conseqüentemente justiça social. Estas incubadoras são em sua essência formada por pessoas de conhecimento multidisciplinar que buscam a sua interdisciplinaridade e finalmente o resultado desta síntese que é a transdisciplinaridade, ou, seja ultrapassando todos os limites para ter uma visão mais real. O conhecimento devido à falta de uma metodologia mais abrangente criou as maiores atrocidades já vistas na sociedade pela falta da ampliação da consciência que se tornou inoperante, ineficiente e débil. As incubadoras cooperativas populares devem ser estimuladas, melhoradas, dadas mais atenção, pois, possuem estas todas as capacidades potenciais para contribuir de uma maneira mais efetiva e abrangente para o benefício de todos principalmente dos mais necessitados. Estas que são objeto central deste estudo são de suma importância para que a sociedade tenha um contrapeso neste desequilíbrio acarretado pela falta de eficiência do poder público principalmente na questão social, para ter possibilidades da própria sociedade se alto organizar sem ficar na dependência e caridade de políticas públicas.

Palavras-chave: Transdisciplinaridade. Holístico. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

EMERSON LAURINDO BEDNARZ. A Social-Environmental Vision of Popular Cooperativism in Search of Economic Sustainability in Brazil. 2018. 58 pages. Course Completion Monograph Especialização em Gestão Ambiental em Municípios. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

This work has as its theme Nature is cooperative, par excellence, as the sun, for example, that provides light for plants to synthesize photosynthesis and thus be able to perpetuate life on our planet. In this, it shows the importance of cooperation that should be encouraged in our society as a norm of conduct. Universities in general are based on elitist philosophies and students are consequently inserted in a competitive capitalist model that does not observe the other as a cooperative but as a competitor for unbridled consumerism. The world view of education is compartmentalized into segments, this causes half truths and causes serious problems in society, because the total and true vision is compromised, the general and holistic is in the background. Humanity and society asks for passage to another type of education and consequently another type of attitude, one that is expanded by interdisciplinary knowledge, thus making it holistic. Popular technological incubators come as a solution and key point for society's orientation distorted by the immorality and unethicalness of those who should give a scientific response and with spiritual values of cooperation sharing and consequently social justice. These incubators are essentially people of multidisciplinary knowledge that seeks its interdisciplinarity and finally the result of this synthesis that is the transdisciplinarity, or, surpassing all the limits to have a more real vision. Knowledge due to the lack of a more comprehensive methodology has created the greatest atrocities ever seen in society by the lack of the widening of consciousness that has become ineffective, inefficient, and weak. Popular cooperative incubators should be stimulated, improved, given more attention because they have all the potential capacities to contribute in a more effective and comprehensive way for the benefit of all especially the most needy. These are central objects of this study are of paramount importance for society to have a counterbalance in this imbalance caused by the lack of efficiency of the public power mainly in the social question, to have possibilities of the own society if high to organize without being in the dependence and charity of policies public policies.

Keywords: Transdisciplinarity. Holistic. Interdisciplinarity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	10
3	DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	12
3.1	NEOLIBERALISMO	12
3.2	INTERDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO	12
3.3	REINVENÇÃO DO ESTADO DESENVOLVIMENTALISTA	13
3.4	COOPERATIVISMO	14
3.5	FILOSOFIA DE COLONIZAÇÃO	17
3.6	COOPERATIVISMO NO BRASIL	17
3.7	ECONOMIA SOLIDÁRIA	20
3.8	COOPERATIVISMO POPULAR	23
3.9	DESCOLONIZAÇÃO	23
4	LEGISLAÇÃO	29
4.1	O COOPERATIVISMO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	31
4.1.1	O ato cooperativo e a tributação das cooperativas	32
4.1.2	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares	34
4.1.3	Espaço da Economia Solidária nas Universidades	35
4.1.4	A universidade um compromisso com o mundo do trabalho	37
4.1.5	A formação de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44
	ANEXOS	47

1 INTRODUÇÃO

O mundo vive crises econômicas, ambientais e sociais nunca vistas antes, que fazem temer por um futuro catastrófico para a humanidade quase eminente.

As grandes corporações estão cada vez mais ávidas para abocanhar novos mercados a qualquer custo, nem que para isso desestabilize a sociedade nos setores mais chaves e fundamentos para que os países possam ter condições de dar as mínimas condições de dignidade para o seu cidadão.

Os estados ficam cada vez mais reduzidos e inoperantes pela força avassaladora que Neoliberalismo que faz com que todos sejam submetidos fazendo com que apenas uma da elite consiga sobreviver com dignidade.

As soluções exigem urgentemente novas maneiras de enxergar e de abordar a dramática questão atual principalmente quando o que se está em voga a complicada questão ambiental.

As ideias corroboradas nesta monografia endossam o que é citado por Giddens (1996) que relata que “muitas das mudanças mais importantes que afetam as vidas das pessoas atualmente não se originam na esfera política formal e podem apenas em apenas em parte ser enfrentadas por ela”.

É sabido que não podemos ficar reféns esperando que só o estado faça acontecer as coisas mais principalmente, que existem maneiras mais simples e alternativas que podem resolver essas questões de uma maneira não dependente da lentidão e burocracia do estado.

Neste trabalho busca-se conhecer mais a fundo a questão administrativa das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares aprofundando no estudo da organização e funcionamento usando como local de pesquisa a incubadora da UFPR, além do material bibliográfico disponível, onde se realizará num período de 120 dias.

No Brasil a origem desta prática começou com os colonos alemães e italianos que vieram para o Brasil no começo do século e na realidade mais contemporânea começou no meio acadêmico na Universidade de São Carlos, em São Paulo em 1986. Em 1987 foi implantada em Florianópolis em Santa Catarina na UFSC. No Paraná as incubadoras surgiram ligadas ao TECPAR - Instituto Tecnológico do Paraná e a UFPR.

É urgente a necessidade de criar e organizar um ambiente que em tempos difíceis possamos não ser tão afetadas pelas amarras e dependências que o Neoliberalismo nos causa dependendo apenas do Estado.

As incubadoras como centros pensantes do sistema dão base, assistência, orientação, ou seja, condições mínimas para que os incubados se desenvolvam e se tornem autônomas, sabendo que essas pessoas geralmente pertencem à classe menos favorecida e são essas que serão acolhidos e condicionados para poderem sobreviver à sociedade excludente em que todos nós vivemos.

Sendo fato que muitas obtiveram sucesso desde o período de incubação até o período de independência e autogestão. Sendo isso mais que prova viva que é possível incentivar essa iniciativa como uma das soluções viáveis para inclusão para assim de tornarem cidadãos e fugirem das condições do subemprego e desemprego, tornando profissionais que realmente participam da produtivamente da economia do país.

Será que existem entraves administrativos, jurídicos, organizacionais, funcionais ou até políticos para o desenvolvimento dessas incubadoras?

Como poderiam viabilizar as relações institucionais e funcionais para que realmente se forme uma metodologia, para que seja uma atividade realmente autodeterminada, eficiente, independente do estado e economia internacional?

A justificativa para a realização deste trabalho está em que servirá de base para ações e estudos em um futuro próximo de como utilizar e coordenar com outros elementos para efetivação de objetivos específicos. Tendo como objetivo final integrar as incubadoras com sites de parcerias, pessoas desempregadas ou estando em condição de subemprego e cadastro de terrenos baldios tentando parcerias entre os proprietários e as pessoas interessadas. Buscando com tudo isso melhorar o zoneamento urbano, a questão de desemprego, terrenos baldios com focos de doenças, diminuir o êxodo rural, incentivar a agricultura urbana sem o uso de agrotóxico melhorando a questão da saúde e segurança alimentar e finalmente diminuir a questão do impacto ambiental causado por toda essa problemática.

2 PROCEDIMENTO METODOLOGIA DE PESQUISA

A monografia será de metodologia descritiva, exploratória e explicativa. A coleta de dados será realizada na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na UFPR, onde serão entrevistadas pessoas envolvidas neste processo.

A análise dos dados se dará pela aplicação de toda a metodologia citada para que com isso possa chegar a pontos cruciais da questão administrativa buscando uma identificação e conseqüentemente possíveis soluções e melhoramentos no que tange a funcionalidade e organização das incubadoras.

Os tópicos a serem abordados na pesquisa bibliográfica inicialmente averiguarão qual a missão em que a incubadoras está envolvida sendo essa a que dará razão de existir dos demais aspectos. A análise dos dados se dará pela aplicação de toda a metodologia citada para que com isso possa chegar a pontos cruciais da questão administrativa buscando uma identificação e conseqüentemente possíveis soluções e melhoramentos no que tange a funcionalidade e organização das incubadoras.

Os tópicos a serem abordados na pesquisa bibliográfica inicialmente averiguarão qual a missão a que a incubadoras está envolvida sendo essa a que dará razão de existir dos demais aspectos da funcionalidade e organização de qualquer associação no que tange as pessoas e a coletividade.

As Cooperativas Populares em sua essência não deixam de ser em seu íntimo tratadas como uma empresa mais com características intrínsecas no que tange a questão social.

Será abordada também a Arquitetura corporativa das cooperativas buscando com isso um método compreensivo e rigoroso para compreender a sua estrutura organizacional.

Outro fator que será abordado será o sistema de informação, os recursos humanos e subunidades organizacionais.

Sabendo que a organização de qualquer empreendimento deve desenhar e implementar um processo que assegure um movimento contínuo desde o estado atual até a um estado futuro

Busca-se por isso este estudo visando identificar os erros que estão presentes entre a atual estratégia organizacional e a capacidade de suportá-las. Os erros que

estão presentes entre a futura desejada estratégia organizacional e a capacidade das cooperativas de mantê-las.

Buscando no final desse processo dar as atualizações necessárias e substituições que tenham por ventura de ser realizadas na sua arquitetura funcional.

3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

3.1 NEOLIBERALISMO

Como citado por Capra (2003), o impacto da nova economia no bem-estar do ser humano tem sido negativo até o presente momento. Enriqueceu a elite global de especuladores financeiros, empresários, e profissionais de alta capacitação técnica, mais as consequências sociais e ambientais no seu todo, tem sido desastrosas.

3.2 INTERDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO

Vivemos um momento crucial da humanidade em que fatores como citado acima principalmente os da esfera econômica, social e ambiental não estão se conversando em harmonia. Sendo fruto de uma visão atrofiada de nossa consciência que como citado no artigo de Clarissa Corrêa Fortes (UFSM) em que comenta que a organização disciplinar foi instituída no século XIX, notadamente com a formação das universidades modernas; desenvolveu-se, depois, no século XX, com o impulso dado à pesquisa científica; isto significa que as disciplinas têm uma história: nascimento, institucionalização, evolução, esgotamento, etc. Essa história está inscrita na história da Universidade, que, por sua vez, está inscrita na história da sociedade (MORIN, 2000).

Com essa organização o sistema educacional se fragmentou causando sérios problemas a sociedade que é a maior prejudicada. Devido a esse sistema de especialização compartimentada se torna insuficiente, se tornando incapaz de ver o todo, ou seja, o holístico. O caráter disciplinar do ensino formal dificulta a aprendizagem do aluno, não estimula ao desenvolvimento da inteligência, de resolver problemas e estabelecer conexões entre os fatos, conceitos, isto é, de pensar sobre o que está sendo estudado. “O parcelamento e a compartimentação dos saberes impedem apreender o que está tecido junto” (MORIN, 2000).

A interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados (BRASIL, 1999).

De acordo com Morin (2000), as disciplinas como estão estruturadas só servirão para isolar os objetos do seu meio e isolar partes de um todo. A educação deve romper com essas fragmentações para mostrar as correlações entre os saberes, a complexidade da vida e dos problemas que hoje existem. Caso contrário, será sempre ineficiente e insuficiente para os cidadãos do futuro.

Esta questão é extremamente séria onde causa grandes estragos na sociedade como um todo. Na questão política dos países, principalmente os que não possuem consistência econômica são os mais suscetíveis, pois desmobiliza toda a sociedade em questões primordiais como a segurança alimentar, que é sabido é utilizado no Brasil a controvertida e polêmica questão das “Bolsas família” para fins duvidosos, paliativos, ou seja eleitores (ARAUJO, 2014).

3.3 REINVENÇÃO DO ESTADO DESENVOLVIMENTALISTA

Sachs (2009) relata que é preciso reinventar o Estado desenvolvimentista, que pode e deve assumir muitas formas, "mas uma coisa é certa: apesar do mantra neoliberal que proclama o declínio dos Estados, a responsabilidade assumida pelos Estados desenvolvimentistas aumentou" e enumera, em seguida, as cinco áreas em que o Estado desenvolvimentista deverá atuar: (1) articulação, de um lado, com o nível regional e local e, de outro, com o transnacional, na qual "o ponto nevrálgico é a interface entre as nações frágeis e a economia global"; (2) harmonização do social e do ambiental com o desenvolvimento econômico, buscando "soluções triganhadoras"; (3) promoção de associações entre empresas, trabalhadores, o Estado e a sociedade civil; (4) constituição de formas novas e flexíveis de planejamento; e (5) patrocínio de pesquisas públicas sobre temas selecionados relativos ao uso de tecnologia trabalho-intensivo, de tecnologia poupadora de água e de terra, de mitigação do aquecimento global a novos paradigmas de geração de energia, e, principalmente, de políticas "que

assegurem oportunidades de trabalho decente para todos. Tanto ao nível das ideias e da política quanto das organizações, da vida comunitária, e da ação individual. Sachs valoriza essas ações de construção social desde que elas estejam voltadas para um futuro em que o trabalho seja decente e a dignidade humana, respeitada. (BRESSER-PEREIRA, 2013).

3.4 COOPERATIVISMO

O Cooperativismo segundo relatos tem suas bases históricas em 1610 com a fundação das primeiras reduções jesuíticas no Brasil, o início da construção de um estado cooperativo de bases integrais.

Por mais de 150 anos esse modelo deu exemplo de sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção.

Apesar de haverem defensores ao vínculo da história do cooperativismo aos padres jesuítas com as reduções jesuíticas, foi na Inglaterra no dia 21 de dezembro de 1844 no bairro de Rochdale em Manchester (Inglaterra), 27 tecelões e uma tecelã fundaram a “Sociedade de Probos Pioneiros de Rochdale” com o resultado de 1 libra de cada participante durante 1 ano.

Tendo o homem como principal finalidade – e não o lucro, os tecelões de Rochdale buscavam naquele momento alternativa econômica para atuarem no mercado, frente ao capitalismo ganancioso que os submetia a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças (que trabalhavam até dezesseis horas por dia) e do desemprego crescente advindo da revolução industrial.

Naquele momento a constituição de uma pequena cooperativa de consumo no então chamado ‘Beco do Sapo’ (Toad Lane) estaria mudando os padrões econômicos da época e dando origem ao movimento cooperativista. Tal iniciativa foi motivo de deboche por parte dos comerciantes, mais logo no primeiro ano de funcionamento o capital da sociedade aumentou para 180 libras. Passado pouco tempo mais tarde o “Armazém de Rochdale” já contava com 1400 cooperantes. O sucesso dessa iniciativa passou a ser exemplo para outros grupos (Portal Do Cooperativismo Financeiro, 2010).

Conforme descrito no Portal Paraná Cooperativo, atualmente o conceito legal de sociedade cooperativa encontra-se no caput do art. 4 da Lei Federal n 5764/71, complementado pelas características da sociedade. Tais características encontram-se no texto do artigo 1094 do Código Civil e nos incisos do art. 4.

Art. 4 - As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviço aos seus associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

Diante do conceito legal temos os seguintes elementos:

- 1 - Sociedade de pessoas;
- 2 - Forma e natureza jurídica e forma jurídica próprias;
- 3 - De natureza civil;
- 4 - Não sujeita a falência;
- 5 - Objetivo fundamental (prestar serviços)

Art. 3 - Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

No Brasil, as cooperativas são classificadas em 13 ramos de atividade econômica:

Agropecuária - Ramo de maior número de cooperativas e de associados no Brasil, composto de cooperativas de produtores rurais, agropastoris e de pesca. Donos das terras e do meio de produção, os cooperados muitas vezes estão envolvidos em toda cadeia produtiva, do cultivo à comercialização e industrialização dos produtos.

Consumo - Em busca de benefícios e preços justos, obtidos pela compra comum de artigos de consumo e de bens duráveis surgiu o ramo mais antigo do cooperativismo. Por meio dele as cooperativas oferecem inúmeras vantagens e a mesma comodidade dos supermercados, mais com uma diferença os cooperados são ao mesmo tempo donos dos negócios e consumidores.

Crédito - Um ramo em constante crescimento, em que o cooperativismo se torna uma opção atrativa e viável para a oferta de produtos financeiros aos associados. Autorizadas pelo Banco Central a operar no mercado financeiro, as cooperativas oferecem crédito a taxas justas e favorecem a concorrência bancária, beneficiando toda a população.

Educacional - Educação de qualidade nos moldes do cooperativismo. É o que buscam oferecer a cooperativas educacionais, formadas por professores, pais de alunos e alunos de escolas agrotécnicas e profissionalizantes. Como projeto econômico, essas cooperativas trabalham por um ensino mais barato e eficiente.

Habitacional - Uma cooperativa habitacional tem objetivo de conseguir diminuir o custo das habitações com custos mais acessíveis a seus cooperados.

Infraestrutura - São cooperativas cuja finalidade é atender direta ou indiretamente os associados com serviços essenciais de infraestrutura (ex. limpeza, saneamento, segurança, telefonia, energia).

Mineração - Formadas por garimpeiros e outros profissionais da mineração, esse tipo de cooperativa tem como objetivo de viabilizar a pesquisa, a extração, a lavra, a industrialização, a comercialização, a importação e a exportação de produtos minerais.

Produção - São cooperativas formadas por trabalhadores de várias áreas e categorias, mas todos envolvidos na produção de um tipo de bem, produzindo, beneficiando, industrializando, embalando e comercializando o produto escolhido.

Saúde - São trabalhadores da área de saúde, mais especificamente, os que se dedicam na preservação e recuperação da saúde humana (ex. médicos, dentistas, enfermeiros, psicólogos, etc.).

Sociais - Também chamadas de cooperativas especiais reúnem pessoas que precisam ser tuteladas ou estão em situação de desvantagem (ex. deficientes, dependentes, químicos ou psíquicos, egressos de prisão, condenados a penas alternativas).

Trabalho - É constituído por uma categoria específica de trabalhadores (ex. cooperativas de dentistas, costureiras, catadores). O objetivo é conseguir melhores condições de trabalho (espaço, insumo, formação).

Transporte - São cooperativas formadas por trabalhadores que se dedicam especificamente a prestar serviços de carga e/ ou de passageiros.

Turismo e lazer - Cooperativas que prestam serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, esportes e de hotelaria ou atendem direta ou prioritariamente os seus associados em nessas áreas.

3.5 FILOSOFIA DE COLONIZAÇÃO

O Brasil com fundado pelos portugueses tinha um objetivo definido, servir como suporte para a realeza europeia para abastecer com matéria prima as necessidades básicas da corte.

Toda a filosofia por traz das ideias para estas iniciativas vinham da Europa onde os países seguiam as correntes vigentes para serem submetidas em suas colônias com objetivos puramente exploratórios.

Esses países explorados para se reconstituírem como países livres e independentes precisam criar a sua própria filosofia local, para sim não ficar dependente de pensamentos que não tenham nada a ver com o de seus países.

Trata-se da consideração do modo de realidade de cada ser humano concreto (DUSSEL, 2002). Muitos autores apontam a experiência cooperativa como possibilidade de transformação dessa realidade social, aliando a necessidade de produção econômica a uma forma de interação social que valorize o coletivo, buscando verificar a existência de virtualidades a serem afirmadas no cooperativismo, caracterizada por sua matriz autogestionária.

A conexão entre a filosofia descolonial e a autogestão cooperativa, busca aliar teoria e prática na busca por pistas para a transformação social. Desde a filosofia, explorando-se o método específico por ela proposto a analética, ressalta-se a necessidade de libertação. Do outro lado, a prática autogestionária, ao exigir a reflexão /ação de cada um dos envolvidos quanto a questões cotidianas envolvidas no processo produtivo, levaria a compreensão das situações concretas em que estão inseridos os cooperados.

3.6 COOPERATIVISMO NO BRASIL

O cooperativismo no Brasil sua promoção ocorreu por elites políticas e econômicas voltadas a economia agroexportadora. Longe de ser um movimento contestatório, com historicamente caracterizado, na realidade europeia do capitalismo

incipiente da era moderna, no Brasil, efetivou-se como ação governamental de controle e intervenção social (RIOS, 2007).

Inicialmente localizado no meio rural, o cooperativismo foi implantado com meio para a “modernização conservadora” agrícola, que consistiu em um processo de transformações nas estruturas rurais, com a introdução de tecnologias tais como maquinário, insumos e adubos, gerando a subordinação da agricultura à indústria, através da introdução de novos modelos de consumo (LOURENÇO, 1981), como resultado da chamada “Revolução Verde” (SANTOS 2003).

Essa orientação teórica engendrou a edição da Lei 5764/71, chamado Lei do Cooperativismo, que define a política nacional do cooperativismo e, embora seja obsoleta, ainda hoje se constitui no principal marco legal de referência às experiências cooperativas, pois além de não ter sido revogada pela Lei 12690/12, este novo documento legal ressalta e complementa determinações contidas na Lei de 1971.

Da análise jurídica do cooperativismo brasileiro, pode-se perceber que uma forma de cooperativismo possui suporte e promoção pelo sistema jurídico-formal-burocrático. Trata-se de uma vertente do cooperativismo, que embora, institucionalizada, não é única.

A partir da década de 90, diante da crise de desemprego estrutural, surgiram no cenário urbano experiências populares que, buscando por geração de renda, utilizam-se o ideário cooperativista, porém em bases teóricas diferenciadas da acima exposta.

Trata-se da retomada do cooperativismo em seus fundamentos históricos, como reação às condições socioculturais engendradas pela sociedade moderna europeia que remontam ao final do século XVIII. Historicamente, o movimento cooperativista tinha a característica de questionar os efeitos danosos das estruturas existentes, em um momento de instituição do modo de produção capitalista.

Com influências do associativismo e dos sociais utópicos, buscavam alternativas para o empobrecimento dos artesãos, camponeses e pequenos produtores, às condições desumanas de trabalho, à exploração do trabalho, questionando o trabalho assalariado, a propriedade dos meios de produção, e a gestão autoritária, e heterogestionária dos empreendimentos capitalistas.

No período histórico europeu em que surgiu o cooperativismo, pode-se identificar a existência de cooperativas de produção e consumo, entretanto este último acabou de difundindo.

A escolha pela promoção do cooperativismo de serviços é verificada também no Brasil, traduzida na legislação nacional, como se pode verificar na dicção do artigo 4 da Lei 5764/71.

4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características (...); Art. 7º As cooperativas singulares se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados. (BRASIL, 1971).

Em âmbito nacional, temos a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e, Internacional, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

No cenário de reestruturação produtiva da década de 90, momento de surgimento do cooperativismo popular brasileiro, também se viu surgir absoluta precarização do trabalho, sob a forma fraudulenta de cooperativas de trabalho. Trata-se de dois modelos distintos embora empregados sob a mesma designação. De um lado a associação engendrada pelos próprios trabalhadores, excluídos do mercado de trabalho, objetivando criar possibilidades de geração de renda em razão do desemprego estrutural. De outro lado, a organização dos trabalhadores feita pelos capitalistas, com o objetivo de diminuir os custos sociais do trabalho.

O segundo modelo, por burlar regulamentações trabalhistas, foi combatido no âmbito judiciário e acadêmico. Em âmbito legal, foi aprovada a Lei 12690/12, que pretende definir cooperativismo de trabalho e estabelecer a sua organização de funcionamento.

A mencionada lei, bastante recente, foi vista positivamente pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, no sentido que "Lança luz sobre os conflitos no mundo do trabalho brasileiro nas últimas décadas" (SINGER, 2012).

Diante do quadro apontado, é evidente a pluralidade de cooperativismos. De modo geral e considerando a forma de regulação jurídica, o cooperativismo pode ser sistematizado em dois grandes grupos: de um lado o cooperativismo tido como oficial-legal-hegemônico conhecido como "Cooperativismo Empresarial." De outro lado, estão experiências plurais, complexas e com caráter contestatório, conhecidos como Cooperativismo Popular.

3.7 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Com essa visão ampla no que se refere ao conceito de cooperativismo, é possível identificar pontos de conexão com a chamada Economia Solidária.

A discussão em torno da Economia Solidária ocorreu no Brasil concomitantemente à retomada das formulações da Economia Social na França, com ênfases semelhantes (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004). Trata-se de um movimento surgido a partir da década de 90, que congrega vários tipos de igrejas, sindicatos, organizações não-governamentais e órgãos do governo, especialmente a partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária - SENAES, quanto a ela é atribuído o estatuto de política pública.

De modo geral, é possível identificá-la como um conjunto de experiências solidárias que tem a pretensão de estabelecer e fomentar relações econômicas e sociais baseadas na coletividade e solidariedade, propondo a substituição da lógica competitiva pela solidária.

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais (SINGER, 2002).

Os empreendimentos da Economia Solidária se distinguem daqueles sob a lógica capitalista em forma da específica em que são geridos. Enquanto na administração capitalista prevalece a heterogestão, hierarquizada, com níveis diferentes de autoridade, que geram decisões de cima para baixo e fomentam a competição, os empreendimentos solidários são administrados de forma autogestionária, com a participação dos trabalhadores no processo de decisão, planejamento e produção.

Considerando que os teóricos da Economia Solidária explicam a defesa da democracia interna e suas experiências, fomento à cultura democrática e ao espírito coletivo, bem como a geração de renda que favoreça a conscientização quanto a exploração capitalista do trabalho, pode-se encontrar conexão com os aportes teóricos do cooperativismo, em sua vertente popular. Nesse sentido, Singer é enfático ao afirmar que a cooperativa de produção é o protótipo de empresa solidária, pois

“todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito a voto em todas as decisões” (SINGER, 2002).

Sabe-se que a conjugação da locução “economia e solidariedade” apresenta-se como um desafio, por serem noções opostas. Para alguns teóricos não há na economia espaço a solidariedade (CARLEIAL & LIANA, 2008).

Para Singer, “A Economia Solidária é ou poderá ser mais do que uma resposta à capacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que nos seus primórdios foi concebida para: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que os adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor (SINGER, 2002).

A contradição exemplificada demonstra a dificuldade em trabalhar com o tema e abre espaço a críticas como precariedade conceitual e analítica (WELLEN, 2012), ou quanto à ausência de sustentação teórica (GERMER, 2007). A par do consenso entre os autores da economia solidária, no que se refere ao conteúdo dos fundamentos, questiona-se a capacidade dos empreendimentos solidários em organizar os trabalhadores visando a superação do capitalismo.

Questiona-se a possibilidade de serem espaços paralelos onde se possa exercer experiências institucionais alheias às leis gerais da reprodução capitalista. Para tanto, devem ser considerados os apontamentos feitos por Rosa Luxemburgo, que se dirige diretamente ao cooperativismo, porém também atinge a base teórica da Economia Solidária:

As cooperativas e, sobretudo as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista.

Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração de força de trabalho, quer dizer a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas (LUXEMBURGO, 2002).

A cultura neoliberal, que propaga os valores do individualismo, da concorrência e da valorização do capital acima do ser humano, está disseminada de forma radical, introjetada na cultura social. Desta forma é inevitavelmente levada para dentro da cooperativa, dificultando a promoção de valores diferentes, tais como coletivismo, a consideração pelo outro, a busca pelo consenso, entre outros.

Em relação à análise da viabilidade da economia solidária, de um modo geral as pessoas envolvidas são pessoas de baixa renda, que não dispõem de recursos para constituir, capital inicial do empreendimento e, muitas vezes, recorrem a tais alternativas quando já estão em situação de endividamento.

A viabilidade econômica envolve aspectos administrativos, jurídicos e de qualificação profissional, considerando-se também a capacitação para uso de tecnologias informacional e comunicacional.

Quando se inicia um investimento partindo do vermelho, muitas vezes sob a dinâmica de pessoas de baixa instrução formal e idade avançada. Tais elementos têm levado à necessidade do apoio de organizações externas (como igrejas, ONGs e principalmente, o estado).

O posicionamento adotado pela SENAES, decorrente a esses fatores, é que a economia solidária trata-se de uma política social. Necessita do aporte estatal, seja com injeção direta de recursos, seja com a disponibilidade técnica e funcional a amparar a instituição e manutenção dos empreendimentos, considerando seu funcionamento e gestão.

A partir dessa realidade e, retomando as lições de Rosa Luxemburgo, a cooperativa definitivamente não tem se apresentado, na atual conjuntura, com um fim em si, mas antes como um meio, instrumento alternativo de amparo a excluídos do sistema produtivo, meio legítimo a amenizar as desigualdades sociais.

A única viabilidade ao cooperativismo está no âmbito democrático, quando plenamente exercido na figura de autogestão. Quando este caráter não se efetiva, os empreendimentos cooperativos estão fadados a cooptação, não oferecendo qualquer benefício à causa contestatória dos efeitos excludentes e exploratórios do capitalismo.

3.8 COOPERATIVISMO POPULAR

A principal característica de uma cooperativa popular seria a sua capacidade de conseguir a sua autogestão. A autogestão, contraposta à heterogestão da empresa capitalista, é uma marca indelével às organizações cooperativas.

Nas cooperativas de produção, a autogestão manifesta-se em toda extensão da organização: na gestão, no efetivo controle do processo de produção dos trabalhadores, bem como na distribuição do resultado proporcional ao trabalho realizado (FARIA 2005, p 122).

Com esses elementos, articulados aos desafios econômicos e políticos anteriormente citados, pode-se dizer que a cooperativa tem uma existência paradoxal, sua lógica interna é conflitante (e contrária) à lógica externa em que está inserida.

Se de um lado, procura-se propiciar um forma diferenciada de convivência produtiva entre os cooperados (operadores em conjunto), em colaboração (laborando em conjunto), de outro lado, essas organizações externamente, entram em relações inevitáveis de competição com outras organizações capitalistas ou não.

Legalmente a autogestão pode-se ser definida pela recente definição legal. Lei 12690/12 de autogestão:

Art. 2 considera-se autogestão o processo democrático no qual a Assembleia Geral define as diretrizes de funcionamento e as operações da cooperativa, e os sócios decidem sobre a forma de execução dos trabalhos, nos termos da lei (BRASIL, 2012).

3.9 DESCOLONIZAÇÃO

Para podermos evoluir nesse assunto de alto grau de complexidade é preciso apoio filosófico para dar embasamento e assim transcender e sendo dessa maneira poder dar luz a toda essa problemática.

Sem dúvida a filosofia europeia e americana tem muito a auxiliar. Entretanto é preciso ir além. A reflexão sobre a questão latino-americana, brasileira, exige a reflexão e elementos e traços próprios, de sua história e realidade.

A filosofia clássica de todos os tempos é o acabamento e a realização teórica da opressão prática das periferias.

Por isso a filosofia, como o centro da hegemonia ideológica das classes dominantes, quando é filosofia da dominação, desempenha um papel essencial na história europeia.

Pelo contrário, dificilmente se poderia encontrar em toda essa história o pensamento crítico que seja de alguma forma, filosofia da libertação, enquanto se articula à formação ideológica das classes dominadas.

Os filósofos modernos europeus pensam a realidade que se lhes apresenta: a partir do centro interpretam a periferia. Mas os filósofos coloniais da periferia repetem uma visão que lhes é estranha, que não lhes é própria (DUSSEL, 1977).

Segundo esse referencial, mesmo sem considerar o pensamento pelo centro, a pesquisa se propõe a utilizar o referencial latino-americano como aporte a refletir a realidade latino-americana.

A América Latina, criada como tal, foi integrada em um padrão de poder histórico-estrutural, que, de um lado a colocou em posição de dependência e, no mesmo movimento, constituiu a Europa ocidental como centro mundo do controle de tal poder (QUIJANO, 2006).

Esse padrão de poder é a colonialidade, herança histórica que permanece internalizada, mantendo-se muito além do período colonial. Essa continuidade, velada e explícita, é possibilitada por relações de poder que reproduzem a colonialidade no saber e na subjetividade

Os principais elementos desse sistema de dominação e exploração, segundo Quijano (2006), são: a ideia de raça (como um sistema de classificação social, que racionaliza as relações entre colonizadores e colonizado); o capitalismo mundial (como o sistema de exploração social, com divisão do trabalho, seu controle e exploração dos seus recursos e produtos); o eurocentrismo (como um modo de produção e controle de subjetividade); e o Estado-Nação (como sistema de controle da autoridade coletiva).

Justifica-se, portanto, a necessidade de uma crítica genuinamente latino-americana, para que a percepção dos nossos problemas não seja obstada por tal bloqueio de visão. Por sua natureza, a perspectiva eurocentrista distorce, quando não bloqueia, a percepção de nossa experiência histórico-social, enquanto leva, ao

mesmo tempo, a admiti-la como verdadeira. Em consequência, nossos problemas também não podem ser percebidos senão desse modo distorcido (QUIJANO, 2006).

Além de pontuar a questão pela dominação pela filosofia europeia, isso distorce também a problemática das formulações teóricas do cooperativismo e da economia solidária apresenta pelo motivo colonizador uma visão distorcida.

A doutrina cooperativa "é habitualmente apresentada como teoria", entretanto. A teoria deriva da prática, dela se enriquece, com ela se modifica e se transforma enquanto que uma doutrina, "é exatamente o oposto disso, pois, não deriva da observação sistemática da prática, se impõe a ela.

Apesar disso é conveniente apresentar-se a doutrina cooperativa como teoria pois, isso justifica e enobrece a prática ou as práticas do cooperativismo.

Trata-se apenas de uma perspectiva falsamente teórica para justificar uma perspectiva pragmática do cooperativismo, isto é, o cooperativismo politicamente fácil e seguro, para os interesses das classes dominantes.

A doutrina cooperativa é uma falsa teoria, na medida em que consiste num corpo de princípios abstratos, sem referência a situações históricas concretas e de classe.

Não interfere, pois, com a prática não a enriquece, nem a contesta. (RIOS, 2007).

Articulados os referenciais filosóficos, a doutrina cooperativista, se revela em uma forma de propagação da colonialidade, tanto de forma exógena (colonialidade externa), através das orientações propagadas principalmente pela ACI, quanto de forma endógena (colonialidade interna), nas determinações do cooperativismo empresarial, legal e hegemônico no interior da realidade brasileira.

Também, e principalmente, as formulações teóricas e práticas do cooperativismo empresarial revelam seu vício performativo na crença do progresso capitalista, revelando a colonialidade engendrada pelo eurocentrismo e capitalismo mundial.

A visão distorcida deixa de revelar as verdadeiras características desses dois produtos da colonialidade: de um lado o sistema de controle da subjetividade e do conhecimento e, de outro, o sistema de exploração social.

Para descolonizar o saber é necessário uma aprendizagem que considere os valores e saberes próprios, ainda que destoem do formato tradicional epistêmico.

Romper com colonialidade do saber é conferir validade aos conhecimentos produzidos desta prática, que são plurais.

Saberes constituídos nos debates entre cooperados, ou, seja, nas difíceis decisões da gestão compartilhada.

Contudo isso é fundamental considerar a produção do conhecimento para além das estruturas institucionais e formais de ensino e aprendizagem.

Os métodos para autogestão e libertação por Enrique Dussel, denuncia a divisão do sistema-mundo em centro e periferia: aquele reprodutor de uma totalidade, que se anuncia como uma única realidade existente, desconsiderando toda uma exterioridade, compostas por vítimas.

Segundo o autor, a totalidade se implantou a partir do século XVI tendo a modernidade europeia como centro.

Segundo Dussel, autor da Filosofia da Libertação, é necessário destruir tal pensamento europeu totalizante, apontando seus limites, e, a partir da exterioridade latino-americana, abrir lugar para o novo. (LUDWIG, 2006, p. 127).

A impossibilidade da plena realização da Modernidade exige a superação do atual sistema-mundo, em um projeto denominado “Trans-Moderno”.

Neste projeto há a afirmação da alteridade negada, partindo-se do reconhecimento do outro, encoberto pelo sistema vigente.

Entretanto, para que se possa valorar e dignificar outras culturas, é necessário negar a centralização europeia. Romper com o ideário de ser essa a única possibilidade e que observa as demais experiências como repetição do seu mesmo.

Para tanto Dussel (1986) apresenta um método filosófico próprio: o método analético.

Esse método ultrapassa a dialética aristotélica e moderna, ou seja, é o método que parte da afirmação do outro.

Podem ser apontadas três noções que o método analítico congrega: (1) a superação da dialética ontológica; (2) o irromper do outro a exterioridade; (3) a possibilidade de criação do novo. A superação da totalidade ontológica é feita a partir da constatação de que a totalidade não é tudo.

Além dela existe a exterioridade, composta por vítimas desse sistema ontológico.

Na exterioridade está o outro, que não é como o eu: “O Outro é o rosto de alguém que eu [...] experimento como outro, e quando o experimento como outro já

não é coisa, não é momento de meu mundo, mas meu mundo se evapora e fico sem mundo diante do rosto do Outro” (DUSSEL, 2008, p. 68). Esse momento do método é construído a partir das formulações de Levinás. surgido desde o cara-a-cara.

A descoberta do outro, o seu desvelar, impõe uma atitude ética: a alteridade, que percebe a existência do outro, porém não o transforma em ente da totalidade.

No lugar, empreende-se na incansável tarefa de interpretá-lo, unicamente possível por analogia.

A partir da exposição do método, feita de forma bastante sintética. Nessa atividade, pessoas até então vistas e a si próprias reconhecidas como não possuidoras de conhecimentos, descobrem-se capazes.

Capazes de utilizar os saberes acumulados por sua experiência. Capazes de aprender novos saberes. Capazes de se manifestar e se fazerem entendidas.

Ao se colocarem diante desses desafios em sua própria subjetividade, bem como de outros que envolvem conhecer, compreender e opinar sobre a estrutura externa em que está situada a organização em que atua, os cooperados têm seus horizontes de conhecimentos ampliados.

Ultrapassam fronteira à fronteira sem mesmo perceber as alterações em sua forma de compreender e agir.

Esse é um movimento dialético. As condições oferecidas pela gestão compartilhada – ainda que de difícil realização em razão dos dilemas anteriormente apontados – possibilitam o ambiente à ação crítica, a partir das mediações do compreender, refletir, discutir e agir que estão dispersas no cotidiano da autogestão colocamos a conexão entre a filosofia e o cooperativismo, mais propriamente a autogestão.

É a práxis de libertação que traz em si a possibilidade do novo: A nova sociedade surgirá a partir das experiências, a partir dos momentos, a partir da cultura do “pleno nada”, a partir do “não-ser”, a partir do trabalho improdutivo, a partir do trabalho vivo, a partir dos “pobres”, a partir da afirmação da afirmação da exterioridade, e por orgânica conjunção com a negação da negação do capital. (DUSSEL, 1986, p. 285)

Como megaestruturas tão complexas não se modificam pela pura ação decidida de uns poucos (a ideia da “tomada do poder” para revolucionar a sociedade não goza de legitimidade, ou em todo caso se reconhece que o poder social se constrói lenta e trabalhosamente), e como não existe um paradigma plausível dessa

outra sociedade, de suas instituições, de suas subjetividades, de suas formas de sociabilidade na diversidade, de seu modo de atuar o político, de sua vinculação com outras sociedades em um mundo global, estamos em um momento de reação, experimentação, aprendizagem, de lenta recuperação da memória, da perspectiva histórica e de um olhar com um horizonte do longo período, de reflexão sobre as práticas, de articulação desde o micro e o local em processos de coalescência em nível meio social de projetos, grupos, comunidades, redes, movimentos que atinam a saltar as fronteiras nacionais. (CORAGGIO, 2010).

Apenas como opção de geração de renda e condições mínimas de reprodução do viver ou sobreviver, o cooperativismo se assemelha às condições precarizantes do trabalho assalariado subsumido ao capital. Com a ressalva, porém, de que a cooperativa abre espaço a muitas pessoas que, em razão da baixa instrução formal, idade avançada, exclusão digital entre outros, não teriam inserção no atual mercado de trabalho.

Ressalta-se que, no lugar do trabalho alienante exercido em empresas capitalistas, a cooperativa pode possibilitar o fomento da consciência ético-crítica, ou da conscientização. Enquanto perspectiva, a interação cooperativa abre novos horizontes que podem transcender à mera reprodução da totalidade.

4 LEGISLAÇÃO

Passando de uma questão filosófica abordaremos a jurídica que possuem uma grande relevância, pois sem esse as cooperativas não evoluem de uma maneira formal e legal na sociedade civil especificamente a brasileira que é abordado neste estudo.

As atividades do cooperativismo popular são desenvolvidas com o intuito de oportunizar a geração de trabalho e renda complementar aos trabalhadores envolvidos, que em geral, estão praticamente alijados da inserção do mercado formal de trabalho. São catadores de material reciclável, pequenos artesãos, doceiras, pequenos produtores rurais, entre os outros, em sua maioria com baixo nível de escolaridade, os quais se organizam com vistas às propostas da Economia Solidária, muitas vezes assessorados por uma incubadora de cooperativas populares situadas na dinâmica de alguma universidade pública.

Sua atividade situa-se num campo oposto à lógica predominante do capital, com forte apoio de movimentos sociais como o MST e instituições como sindicatos, pastorais e universidades públicas (LEOPOLDINO, 2008).

Nesses empreendimentos devido a características intrínsecas possuem grande dificuldade de obter o capital necessário para manter às atividades da sociedade cooperativa. Esta situação reflete-se e é confirmado pelas altas taxas de informalidade que é devido às inúmeras dificuldades a que as cooperativas populares são submetidas para a sua formalização.

Não obstante, o art. 174, CF, no seu § 2, parece reconhecer no cooperativismo uma possibilidade de emancipação socioeconômica dos trabalhadores que nele tomam parte, ao dispor que a lei o apoiará e o estimularão lado de outras formas de associativismo. Ainda em sede constitucional, mais elevado a cláusula pétrea, o art. 5, XVIII, visando resguardar a sua autonomia, prescreve que a criação de associações e cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal ao seu funcionamento.

A criação e o funcionamento cotidiano das cooperativas populares, é bastante dificultado pelas formalidades excessivas que lhe são exigidas e, muitas vezes, pela incompreensão do próprio conceito de cooperativismo pelas Leis 12.690/12 e 5.764/71.

Precisa-se que o meio jurídico busque um tratamento jurídico adequado aos empreendimentos, a começar pelas críticas que podem ser apontadas à legislação cooperativista, no que tange à disciplina e viabilização de Cooperativas Populares, vislumbrando o ideal de Integridade no Direito.

Das questões que poderiam ser destacadas, foram escolhidas três que evidenciam de maneira sobressalente, tendo o marco teórico do Direito como Integridade, adotado para nortear a interpretação construtiva pretendida. São estas: a obrigatoriedade para as cooperativas de se registrarem nas Juntas Comerciais (ao invés de Registro Civil de Pessoas Jurídicas), o que rende aos empreendimentos populares dificuldades na formalização como cooperativas; a questão do ato cooperativo e das tributações das cooperativas, que segue desregulamentada, não obstante muitas questões no direito civil e empresarial já tenham sido contempladas na Constituição Federal de 1988; e finalmente, trata-se da incompreensão do conceito de cooperativismo pela nova lei 12.690/12, que praticamente inviabiliza os empreendimentos solidários na forma de cooperativa popular pelas exigências no seu art.7, denotando o perigo de refletir-se o tema a partir de conceitos que não dizem respeito ao tipo de vínculo entre a cooperativa e seu associado, que não é de subordinação, senão de trabalho autônomo coletivamente organizado.

O direito da integridade endossa a ideia que o direito é uma prática interpretativa, que demanda sintonia entre normas jurídicas e a moralidade institucional da comunidade na qual a prática se desenvolve.

Nesse sentido, Dworkin (2007) é o referencial teórico na tarefa de analisar algumas incongruências dos referenciais normativos concernentes às cooperativas, as leis 5.764/71 e 12.960/12, para, finalmente, a partir de uma interpretação construtiva, apontar algumas diretrizes para a correção dessas falhas, no intuito de reconhecer os empreendimentos solidários, tratamento jurídico adequado, tendo em vista a sua vulnerabilidade, bem como o papel que desempenham como instrumento de política pública para a geração de trabalho e renda.

Para estudar a questão do cooperativismo popular deve-se estudar de maneira crítica a dogmática a cerca do direito cooperativista demanda um aprofundamento teórico no que tange os fundamentos da prática legal, seja nas decisões judiciais, seja na legislatura, o que influencia não apenas na garantia de direitos, como implantação de políticas públicas de cunho social.

Ademais, analisar os fundamentos morais de tais decisões permite a reconstrução de uma prática legal mais comprometida com a coerência de princípios proposta pela lei da integridade.

4.1 O COOPERATIVISMO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Segundo Singer (2002), a economia solidária é o conjunto de atividades econômicas – seja produção, distribuição, consumo ou poupança e crédito – organizadas e realizadas por trabalhadores, de maneira coletiva e autogestionária.

Para uma empresa seja inserida no parâmetro de economia solidária, necessariamente deve estar atender ao princípio democrático nas relações que promove em seu interior, além do já mencionada autogestão. Neste sentido, cada trabalhador é responsável por si, mais também pelos demais, o que faz com que a adesão entre os componentes do grupo seja imprescindível.

Singer (2002) ainda alerta a importância de que tais empreendimentos sustentem propostas de organização igualitárias, isto é, associações entre iguais ao invés de contratos entre desiguais, típico da relação de emprego.

Num protótipo de empresa solidária, todos os associados devem possuir a mesma parcela do capital e o mesmo direito de voto nas decisões, não há estrutura hierarquizada e os sócios não recebem salário. Visto que não há vínculo empregatício – senão retirada, que varia de acordo com as receitas obtidas.

A economia solidária ressurgiu no Brasil em meio ao movimento popular e operário como estratégia de combate ao desemprego e a exclusão social. Recentemente foi adotada a política pública pelo Governo Federal. Desde janeiro de 2003, por meio da Lei 10.683/2003, criou-se o SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) dentro da estrutura e competência do Ministério do Trabalho e Emprego, sob coordenação do Prof. Paul Singer.

Nesse sentido, o Cooperativismo Popular e a Economia surgiram no país sob a iniciativa de movimentos sociais, e foram capturados por políticas sociais emergenciais implementadas principalmente a partir do governo Lula (OPUSKA, 2010).

Sobre a Lei das cooperativas (5764/71), pode-se dizer que marca o forte alinhamento do Cooperativismo no Brasil, com o modelo de empresa agroexportador. Em 2012 foi promulgada uma nova lei cooperativas, com o intuito de corrigir algumas das incoerências da lei anterior, causadas, inclusive, pelo fato de suas raízes históricas se remeterem a interesses do agronegócio.

De acordo com Gediel (2006), a Lei 8949/94, que acrescentou um parágrafo único ao artigo 422 da CLT, teve um impacto negativo imediato na atividade cooperativista, uma vez que possibilitou o surgimento de cooperativas fraudulentas, com intermediação de mão-de-obra, a fim de livrar, ilicitamente, o contratante, dos ônus de encargos trabalhistas.

O que diferencia as cooperativas amparadas pelo Direito, das fraudulentas, é o elemento autogestionário, fator preponderante para a existência das cooperativas populares.

O movimento da Economia Solidária traz, então, uma necessidade de reflexão, por já fazer-se, de algum modo, realidade entre as relações sociais hodiernas e por representar alternativa de inclusão social, para geração de renda e trabalho (SILVA, 2007). Então surge também para o Estado um dever moral de defesa desses grupos sociais minoritários, assim como o interesse econômico que os informa.

4.1.1 O ato cooperativo e a tributação das cooperativas

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no art. 146, III, c. que o adequado tributário ao ato cooperativo deve ser dado pela Lei Complementar.

Denota-se que o constituinte reconheceu haver peculiaridades na atividade cooperativa, que os distingui das outras atividades, a ponto de fazer jus a tratamento tributário que leve em consideração suas particularidades. O problema que nenhuma Lei Complementar nesse sentido foi promulgada até o presente momento.

A Lei 5764/71 determina de certa forma, a partir dos seus Arts. 79, 85, 86, 87 e 111 tributação diferenciada ao que denomina ato cooperativo. Ocorre que, ao tratá-lo de maneira pouco específica, gerou-se grande controvérsia em torno do que venha a ser, na prática, enquadrado como ato cooperativo.

Com isso, vislumbra-se um ambiente de grande insegurança jurídica sempre que a tributação das sociedades cooperativas é colocada em questão (KRUPPA, 2012).

O vínculo entre cooperado e cooperativa e a controvérsia trazida pelo art. 7º da Lei 12.690/12

Em 19 julho de 2012 foi sancionado pela Presidência da República a Lei 12.690/12, conhecida como Nova Lei das Cooperativas de Trabalho. Deste então este é o principal marco da regulação das cooperativas no país, pelo que complementa-se subsidiariamente pela 5764/1971 e pelo Código Civil.

Toda via, observa-se o surgimento de algumas controvérsias em torno da nova lei, especialmente em virtude da má interpretação do conceito de cooperativismo e do vínculo a ser estabelecido entre a cooperativa e o associado.

Sobretudo, pelas exigências do seu artigo 7 que representa uma intenção legislativa de expandir direitos, reflete o tema de trabalho subordinado, notoriamente inadequado para tratar do trabalho autônomo coletivo organizado em cooperativa.

Com efeito, o art. 7º define uma série de direitos aos cooperados, como retiradas não inferiores ao salário mínimo, limitação de jornada, repouso semanal remunerado, férias, adicional noturno, de insalubridade e periculosidade.

O intuito é assegurar os direitos trabalhistas. A questão mais preponderante está o vínculo a ser estabelecido entre cooperado e cooperativa, e se efetivamente, contribuem para a consolidação da atividade em questão.

O trabalhador de uma cooperativa de trabalho é, simultaneamente, sócio - portanto proprietário de sua respectiva quota parte – e cliente dela. Assim não se confunde nem com o trabalhador subordinado, empregado, vez que assume o risco e contribui na gestão do empreendimento, nem com o trabalhador autônomo individual, pois seu trabalho, não obstante seja autônomo, está organizado coletivamente.

Neste sentido o trabalhador cooperado, é portador de dupla condição, a de sócio e cliente.

É sócio na medida na medida em que tem direito de participar internamente de deliberações, eleger representantes, fiscalizar as contas das cooperativas etc.

É cliente, pois se coloca como principal beneficiário dos serviços prestados da cooperativa. Segundo Leopoldino (2008), o traço essencial do vínculo entre cooperados e sociedades cooperativas está nesta duplicidade intrínseca do papel dos cooperados.

Tendo em vista a peculiaridade do vínculo que se forma entre cooperado e cooperativa, a nova lei enseja grande controvérsia ao estender para os associados, direitos tipos de relação subordinada de emprego, nas quais deve inexistir relações verticais de poder.

Dada a própria forma de remuneração, e o modo pelo qual o trabalho se organiza na cooperativa, não é possível antever se o empreendimento será capaz de viabilizar-se economicamente, tampouco se apresentará resultados econômicos positivos, passíveis de distribuição aos sócios a cada mês, por exemplo.

Daí está a inadequação de a nova lei das cooperativas (12690/12) assegurar os direitos antes referidos aos sócios organizados em cooperativas – ainda que haja período de carência para as exigências.

Dessa maneira, o ressurgimento da cooperativa de trabalho impõe inúmeros desafios a serem enfrentados pela legislação, quanto pelas políticas públicas e ainda, aplicação do direito cooperativo.

As transformações no mundo do trabalho e o surgimento de novas formas de organizações coletivas como as cooperativas populares, denunciam um abismo entre a realidade e a legislação existente, vez de demanda ruptura com o paradigma tradicional do trabalho subordinado e no trabalho autônomo individual.

4.1.2 Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) são programas interdisciplinares de algumas universidades brasileiros construídos com a perspectiva de elaborar um planejamento que procura reunir pesquisa e extensão em torno do tema Economia Solidária.

O processo de incubação implica em solidariedade mútua, numa troca de saberes, de conhecimentos acumulados sob condições sociais e históricas diferentes que se mesclam através do diálogo e que se produzem em duas esferas distintas da vida social. Daí a importância de pensar a incubação como um ato pedagógico.

4.1.3 Espaço da Economia Solidária nas Universidades

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) um projeto universitário responsável por difundir a economia solidária no ambiente acadêmico.

Essas incubadoras estão presentes em algumas universidades, e para entender melhor o contexto em que se encontra devemos compreender o que é Universidade.

Elas são um centro de produção e difusão de saber, filosófico e científico, como queriam os positivistas.

Um aparelho ideológico do estado, a serviços da reprodução sistemática da ideologia e do poder do capital sobre o trabalho, como observou o estruturalista althusseriano? Ou um espaço ideológico de disputas, onde a luta pela hegemonia entre classes e frações de classes sociais, buscam produzir e reproduzir conhecimento que legitime modelos específicos de sociedade, como se coloca a tradição gramsciana? Onde o mesmo acredita na:

- a) hegemonia cultural;
- b) ampliação da concepção marxista de Estado;
- c) necessidade de educar os trabalhadores e de formar intelectuais provenientes da classe trabalhadora que ele denomina intelectuais orgânicos;
- d) distinção entre a sociedade política e sociedade civil;
- e) historicismo absoluto;
- f) crítica do determinismo económico;
- g) crítica do materialismo filosófico;
- h) análise do americanismo e do fordismo.

Ao olhar para história, é possível perceber, num e outro caso, que a história política da universidade no Brasil foi escrita a partir de uma função bem delimitada no sistema colonial: a formação de quadros profissionais da elite – da igreja ou da ou da aristocracia agrária – com o conhecimento necessário à reprodução da ordem social.

Mas, com as inspirações republicanas e crescimento da classe média urbana, as universidades se abriram pouco a pouco aos setores intermediários.

Assim a universidade se tornou um lugar de contradição, se por um lado é compreendida como lugar de reprodução do status quo, por outro se legitima como um lugar de contestação.

A ideia da universidade como um centro de pesquisa, mesmo na Europa, tem pouco tempo, remonta ao século XX. Na América do Sul, a pesquisa científica esteve sempre a cargo de instituições formadas especialmente para isto.

Apenas na década de 60 que as universidades começaram a centralizar de forma mais evidente essa função. Sua consolidação parece ter chegado tarde.

A partir da década de 80, a função científica a universidade começou a ser esvaziada nos países centrais do capitalismo, transferindo a pesquisa para centros privados corporativos, com investimentos impensáveis para as universidades.

Ou, em outras palavras, centros de pesquisa foram praticamente arrendados às corporações em muitas das universidades dos países desenvolvidos.

Na década de 1980 e 1990 foram a década do desmonte das universidades públicas e de sua função de pesquisa científica.

A estratégia de algumas universidades, geralmente contestado por grupo não hegemônicos, tentou vincular a pesquisa científica às empresas e corporações como forma obter recursos orçamentos cada vez mais escassos (DAGNINO, 2004).

A década de 70 a crise do petróleo, com o início do endividamento dos países de terceiro mundo. Em 80, a “década perdida” a interrupção do desenvolvimento, exatamente pela necessidade de aplicar os recursos no pagamento das dívidas.

Na década de 90, após a queda do socialismo, e com a renegociação das dívidas, a justificativa ideológica da situação, pela “verdade única” do mercado, a consolidação ideológica do neoliberalismo, que tenta impor como necessária à ordem atual, como se ela fosse fruto inerente ao próprio processo econômico, erigido como norma suprema de toda a organização social (VALENTINI, 1999, p. 04).

O que sobrou para a universidade foi muito pouco, o que pese que o salário dos formandos em universidades decaiu, a explosão de números de vagas nos cursos superiores das instituições privadas, acompanhou o aviltamento das condições de trabalho para os professores de nível superior. Mais aulas, mais alunos em cada sala, menos tempo para pesquisa e para extensão, menos possibilidade de ascensão profissional.

Não é em vão que as grandes universidades têm se transformado numa arena de disputa de verbas, enquanto as universidades particulares venham se

transformando cada vez mais numa fábrica taylorista de técnicos das áreas humanas: advogados, contadores, administradores, comunicadores e psicólogos.

Por isso a ideia das ITCPs, de modo geral, apesar de ser alvo de crítica de muitos dos setores tradicionais da mobilização universitária, tem uma ampla audiência de quem quer mudança.

Nas universidades existe espaço para a economia solidária e para as ITCPs, mais é um espaço contra-hegemonia, não é espaço de preferência do reitores tradicionais. As ITCPs raramente atraem recursos externos, e quando o fazem são recursos públicos de pouca monta. Elas não se vinculam a empresas e quem trabalha com elas raramente tem complementação salarial ou reconhecimento acadêmico.

Que maneira melhor se pode encontrar para fazer a universidade ter outra vez importância, se não for sendo de fato essencial? Existe um melhor campo de estágio e ensino, que a sua sociedade em sua forma mais real e crua.

4.1.4 A universidade um compromisso com o mundo do trabalho

Impedidos de intervir diretamente nas lutas sociais como da ditadura da década de 60, vigiados na sua relação com as classes trabalhadoras.

Os pesquisadores comprometidos com a busca de soluções para os problemas sociais passaram a construção de ferramentas importantes, teóricas, que pudessem estar de alguma a serviço dos trabalhadores.

Período de trabalho intenso na área de pesquisa: história das lutas sociais, a pedagogia das classes populares, política e relações sociais no sindicalismo, a medicina preventiva e comunitária, urbanismo e apropriação de espaço o mercado de trabalho e a distribuição de renda etc.

Depois com a crise da ditadura, os anos 80 marcaram em cena das universidades nas lutas populares.

A reconstrução dos sindicatos de docentes e servidores e sucessivas e longas greves por melhores salários e as condições de trabalho, sua integração à construção das centrais sindicais, bem como a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), e as mobilizações estudantis, e, finalmente, a participação de todos esses nos grandes embates político da década(movimentos para eleições diretas para

presidente, movimento para constituinte, movimento de pressão sobre a constituinte e recolocaram a universidades no meio das lutas sociais.

Mesmo assim, sua relação com os trabalhadores, do ponto de vista da produção e da apropriação do conhecimento, continuam sendo uma relação de estranhamento, de dois mundos que se comunicam apenas pontualmente, apenas quando suas lutas coincidiam.

A razão de ser da universidade continuou sendo uma incógnita para os trabalhadores, ao passo que a relação da universidade com os trabalhadores continuou sendo um desafio para os universitários.

Chegando aos anos 90, se percebe um novo deslocamento-da análise crítica das experiências anteriores – e continuando uma linha crítica à ordem social, a ação acadêmica identificada com as classes populares, pareceu dirigida, num primeiro momento, ao campo do propositivo: método de qualificação profissional, avaliação e propostas de políticas públicas nas mais diversas áreas, vinculação a projetos políticos institucionais, formação de agentes comunitários, projetos de pesquisa e extensão ligadas a ONGS e movimentos sociais.

As ITCPs são derivações diretas desta tradição. Reúnem pessoas que experimentaram os processos anteriores e outras que estão descobrindo agora a possibilidade de usar o conhecimento para algo diferente e melhor; acolhem uma juventude que nasceu num mundo transformado pelo trinômio “globalização-neoliberalismo-informatização, mas que recuperam histórias antigas de rebeldia e, pela arte do pensamento, constroem outras perspectivas.

4.1.5 A formação de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares

A primeira ITCP, com este nome e essa sigla, o que impulsionou o surgimento das demais, apareceu na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1996, liderada pelo professor Gonçalo Guimarães, que trabalhava num dos centros de pesquisa da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ, um dos centros de pesquisa mais prestigiados do país.

Nasceu diretamente da demanda da Fundação Osvaldo Cruz, que estava às voltas com problemas relacionados a delinquência nos morros que rodeavam seu campus, com repercussões sobre o cotidiano da vida universitária.

A discussão se instaura na questão do que as universidades podem fazer para reverter o quadro de miséria da população.

Houve várias tentativas para reverter essa situação como incubadoras de empresas, qualificação profissional, mais com muitas críticas em relação a sua eficácia. Daí surgiu a ideia de subir ao morro e de fazer o morro descer a Universidade: criar uma “incubadora” de empresas populares.

Deveria ser tecnológica porque a tecnologia não deve estar a serviço de poucos, e cooperativa porque juridicamente é o que mais é acessível a grupo de trabalhadores que precisam montar empresa e não detêm capital e o caráter igualitário das origens do cooperativismo se presta bem para essa ideia.

Em 1998, a experiência já havia se reproduzido em outras universidades (USP, Federal de Juiz de Fora, Estadual da Bahia, Federal Rural de Pernambuco, Federal do Paraná, Fundação Santo André, Federal de São João Del Rey, Universidade Regional de Blumenau.). Criou-se uma Rede. Segundo Singer (2002), assim sucedeu:

As incubadoras universitárias decidem integrar uma rede para a troca de experiências e ajuda mútua, tendo em vista estabelecer em cada universidade não só um centro de extensão (em que se enquadra a incubação), mas também de ensino e pesquisa.

O ensino é necessário para formar quadros para as próprias cooperativas e para entidades de apoio à economia solidária que continuam se multiplicando.

A pesquisa é indispensável para conhecer a realidade da economia solidária no Brasil e também no exterior, de modo a sistematizar a análise e avaliação das experiências para gerar proposições teóricas que sirvam para tornar a economia solidária mais autêntica e mais efetiva (SINGER, 2002: 123).

Foi neste período que a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) do Ministério da Ciência e Tecnologia, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), fez funcionar o PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas), que financiou seis incubadoras ao longo de dois anos.

Outro impulso foi dado com a vinculação da Rede de Incubadoras à Unitrabalho – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, que

vinha se construindo à mesma época e que reunia núcleos e pesquisadores de dezenas de universidades no Brasil.

Ao juntar as duas redes, ambas se potencializaram: a experiência das incubadoras passou a ser vista como um grande cartão postal para a Unitrabalho, e a estrutura de núcleos da Unitrabalho permitiu multiplicar as experiências das incubadoras. Hoje as duas redes estão separadas (CRUZ, 2004).

As ideias básicas da incubadora da UFRJ eram:

- a) A incubação deveria ser feita no local de funcionamento das cooperativas, a partir de suas próprias estruturas de organização;
- b) A prioridade para a incubação deveria caber justamente aos grupos de trabalhadores mais pobres, em condições de maior risco social;
- c) As cooperativas a serem incubadas deveriam partir de grupos já pré-constituídos, com alguma identidade e solidariedade, evitando assim uma construção “de fora para dentro”, a partir do universo diferenciado do mundo acadêmico;
- d) A incubação deveria constituir-se como um processo de longo tempo, de 2 a 3 anos, que fosse capaz de acompanhar os ritmos e necessidades do tipo de usuários com o qual se trabalha;
- e) Não há incompatibilidade, mas ao contrário, há sim necessária complementaridade, entre consolidação de longo prazo e viabilização econômica imediata, pois para esses grupos a questão econômica é prioritária e qualquer retardamento na ação significa sempre sua dispersão;
- f) Viabilidade econômica (qualidade e competitividade) e solidariedade interna (autogestão) eram pressupostos da eficácia da incubação, pois a ausência de uma destas condições significa a inexistência da outra.
- g) A ideia de “cooperativa” da ITCP tinha a ver com autogestão: repartição do trabalho, do produto do trabalho, do controle e do conhecimento do empreendimento (cooperativa); eram aceitas diferenças de salário, desde que não excedessem uma relação de “3 x 1”, e sempre em função de deliberação do conjunto dos associados e justificadas por diferentes níveis de responsabilidade na produção.
- h) A incubação deveria ter etapas distintas, com objetivos distintos, e um planejamento que, ainda que não fosse rígido, permitisse tanto ao empreendimento quanto à incubadora avaliar o processo permanentemente e

reorienta-lo quando necessário; estas etapas deveriam prever a consolidação do “negócio” e um processo de formação e qualificação para o exercício profissional e para a autogestão.

Assim, as ITCPs se instauram numa perspectiva de disponibilizar o conhecimento científico aos grupos de trabalhadores que sem capital, se dispõem a constituir suas rendas de forma coletiva e associada, e também aprender, com essas comunidades, alternativas oriundas do saber popular construído na experiência do cotidiano, capaz de dar alguma saída a crise do desemprego do século XXI.

Por fim, uma incubadora é quase uma cooperativa. E significa que os conflitos são constantes. A cultura hierárquica e individualista cobra um preço alto aos que optaram em trabalhar em equipe e autogestão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa constitui de averiguação e revisão bibliográfica do assunto e entrevistas de pessoas envolvidas com o tema Cooperativismo, abordando esse extenso e complexo tema, que como observado muito ainda tem que ser desenvolvido por sua natureza peculiar.

Pode-se de certo modo dizer que os objetivos foram alcançados em uma certa escala considerável, em se tratando da pouca divulgação do tema, é observado uma voz que clama com sede por mudanças apesar de tudo conspirar contra.

A literatura é vasta e rica, pois mostra a indignação de vários estudiosos e ativistas, que sensível ao estado das coisas, se prontifica a deixar a sua contribuição se mostrando solícito.

Podemos dizer que o estudo por ser demais complexo e de se tratar da temática interdisciplinar, os avanços são por demais morosos e qualquer evolução por menor que seja devem ser muito comemoradas.

Uma situação que se perdura por muito tempo, exige-se, para tanto, ferramentas da interdisciplinaridade para buscar soluções que virão descortinar esse drama social tipicamente brasileiro.

Por ser uma problemática local não deve-se simplificar e se tornar superficial e sim aprofundar-se neste laboratório real que vivemos em nossa realidade.

O cooperativismo é uma doutrina natural que faz parte da natureza superior e o que nos vivenciamos é a competição que encarna a psicologia do jogo de soma zero, em que a sociedade como um todo nada ganha.

As incubadoras são respostas da sociedade que pede mudança para todo esse paradigma social que está amarrado e radicado em lutas sociais que vem desde o Brasil colônia.

As Universidades finalmente estão dando passos rumo ao social, pois na história dessas o elitismo, sempre foi marca forte para a sua filosofia e política para os investimentos, buscando, acima de tudo, verbas da iniciativa privada.

A maior problemática captada neste trabalho está no pouco investimento para essas funcionarem, exigindo dos participantes, muitos sacrifícios para dar sequência às atividades, principalmente no momento dos investimentos no momento inicial do processo.

Também não se podem deixar de lado os fatores psicológicos de conflito vivenciados pelos participantes, sendo esse um fator máximo da dificuldade que é a convivência com o diferente, que exige superesforços neste aprendizado.

Por ser este um processo que exige um grau constante de aprendizado, os orientadores devem se aprimorar constantemente nesse processo com vários momentos de reciclagem.

Outra problemática são os envolvidos no processo quando começam a se devolverem acabam saindo devido a formaturas de alunos, professores que pedem licença e que prejudicam a continuidade do processo por o sistema de formação de novas pessoas é deficitária.

Foi observado também que os alunos em alguns casos não possuem o poder de voto, que fere consideravelmente o estatuto do cooperativismo que é o da democracia, ou seja, o direito ao voto de todos os envolvidos.

Não podemos também deixar de falar da questão jurídica, que esses se sensibilizem com a questão do cooperativismo não tratando com um olhar superficial, interpretando a lei num contexto restrito.

Sugere-se que os futuros pesquisadores procurem alternativas para sanar os problemas mais urgentes desse processo, como a questão das verbas e reposição de pessoas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. S. **Filosofia Descolonial e Cooperativismo**: o lugar da autogestão no horizonte da libertação. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em < <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=54d303c9ddc2a43d> > Acesso em: 17 Jun 2018.

BRASIL. **Interdisciplinaridade: origem, conceito e valor**. Clarissa Corrêa Fortes (UFMS). Disponível em < http://www.pos.ajes.edu.br/arquivos/referencial_20120517101727.pdf > Acesso em: 18/06/2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Ignacy Sachs e a nave espacial Terra**. In: Rev. Econ. Polit. vol.33 no.2 São Paulo. Apr./June 2013. Disponível em: < <http://www.pucsp.br/catedraignacysachs/ignacy-sachs.html> > Acesso em 18/06/2018.

CAPRA, F. **Conexões ocultas** - ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

CAPRA, F. **Pertencendo ao universo**: explorações nas fronteiras da ciência e da espiritualidade. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CARLEIAL, L. M. F. **Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff**. Estud. av., São Paulo, v. 29, n. 85, p. 201-214, Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18/06/2018.

DAGNINO, R. A relação universidade-empresa no Brasil e o argumento da hélice tripla. **Revista Convergência**. 35, 29 48.

DUSSEL, E. **Ética moderna: ética moderna liberta o pobre!** Editora vozes 1986.

DUSSEL, E. **Marx e a modernidade, conferência de La Paz**. La Paz: Editora Rincon, La Paz, 2008.

DUSSEL, E. **Para uma ética da libertação latino-americana**. São Paulo: Loyola-UNIMEP, 1977a. v. I-V.

DUSSEL. **Ética da Libertação - na idade de globalização e da exclusão**. Petrópolis: Editora Vozes. 2002.

DWORKIN, R. **O império do Direito**. (Trad. de Jefferson Ruiz Camargo). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: EDUFRGS/EDUFBA, 2004.

GEDIEL, J. A. P. A social-democracia e seus reflexos sobre o direito civil contemporâneo. **Rev. Dir. Fundamentais & Democracia**. v. 15, n. 15. 2006. Disponível em <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/575>> Acesso em: 18/06/2018.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Unesp, 1996.

GUIMARÃES, G. **A formação das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. 3.1. Uma breve historia das ITCPS no Brasil**.1999. Disponível em:<<https://journals.openedition.org/eces/1354>> Acesso em: 18/06/2018.

KRUPPA, S. M. P.; GONÇALVES, A. F.; MACDONALD, J. B. (et alli). **Regime Jurídico das Cooperativas Populares e Empreendimentos em Economia Solidária**. Série Pensando o Direito, vol. 46. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

LOURENÇO, J. S. **Associativismo de produção na agricultura**. Propriedade, gestão, distribuição do rendimento. Instituto Gulbenkian de Ciência. CEEA. Oeiras. 1981.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários para a educação do futuro.** São Paulo: Editora Cortez, 2000.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2010. **História do Cooperativismo.** Disponível em <
<http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/> >
 Acesso em 18/06/2018.

PORTAL PARANÁ COOPERATIVO. **Entendendo o conceito de sociedade cooperativa.** Disponível em <
<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/interpretacoes-da-legislacao-cooperativista/90604-entendendo-o-conceito-de-sociedade-cooperativa> > Acesso em 18/06/2018.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. Disponível em <
http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>
 Acesso em 18/06/2018.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo.** São Paulo: Editora Brasiliense. Coleção 189 primeiros passos. 2007.

SACHS, I. "Revisiting development in the twenty-first century", *International Journal of Political Economy*, 38 (3) outono 2009: 5–21.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SINGER, P. **O Lulismo em Crise, Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016).** São Paulo: Editora Companhia das Letras. 2018.

SINGER, P. **Crise do trabalho e economia solidária.** Seminário de Tropicologia. V. Reunião Ordinária. Recife, 22 de setembro de 1998. Texto não publicado.

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO PARA MONOGRAFIA NAS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVISMO POPULAR NA UFPR

RESPONDIDO POR GUILHERME FRANCISCO SILVESTRE

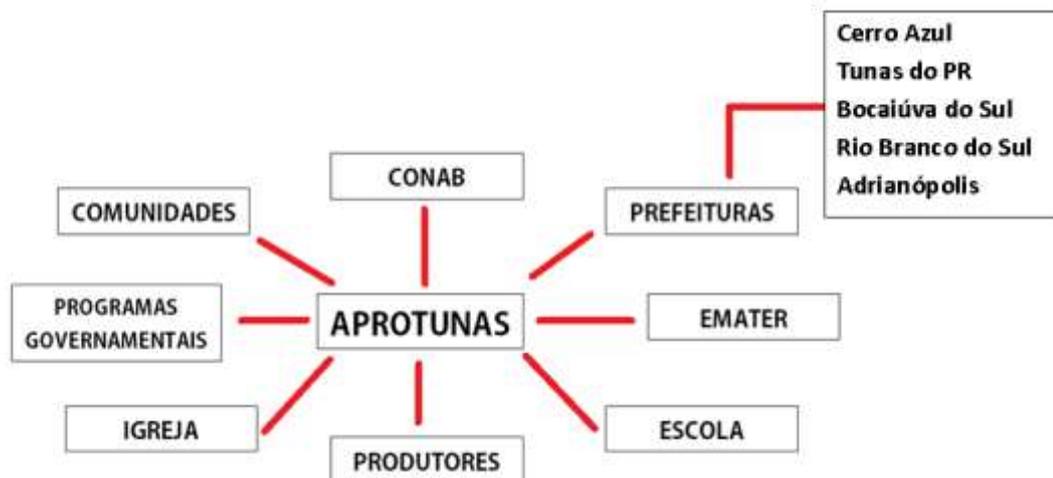
(Egresso da ITCP-UFPR)

1 - Como a população em geral descobrem a existência das incubadoras Tecnológicas de Cooperativismo Popular?

Principalmente através de projetos de extensão que possibilitam a aproximação de técnicos, professores e estudantes a grupos sociais de agricultores, pescadores, artesãos, entre outros. Outras formas são os eventos promovidos e pelas mídias sociais.

2 - Como funciona o organograma das Incubadoras de Tecnologia Popular?

Considerando toda conjuntura e contexto que se encontra determinado grupo. Um exemplo é Associação de Produtores de Tunas do Paraná como demonstrado abaixo:



3 - Qual a porcentagem por classe social das pessoas que buscam as Incubadoras?

Não se realizou pesquisa nesse sentido no período de estágio.

4 - Qual o perfil econômico, educacional e social das pessoas que procuram as incubadoras?

Em grande maioria, as pessoas apresentam baixa renda e baixa escolaridade, geralmente atendidas por programas sociais como o bolsa família e PAA. Nesse contexto, o cooperativismo representa uma estratégia de grande impacto na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

5 - Quais os requisitos mínimos para quem deseja participar das Incubadoras?

Pessoas ou organizações com baixa renda ou residente em regiões com baixo IDH que tenham interesse no cooperativismo e economia solidária.

6 - Tem algum impedimento que proíbe a participação das pessoas no processo de incubamento, como problemas com relação à justiça?

Acredito que não, desde que exista projeto e corpo técnico para viabilizar as ações.

7 - O interesse para participar do incubamento para começar uma empresa deve-se ter um mínimo e máximo de interessados?

Não, entretanto vale ressaltar que as ações dependerão de projetos que determinarão o público alvo.

8 - No início dos interessados existe um sistema eficiente de acolhimento?

A aproximação se dá primeiramente pelo diagnóstico e levantamento das demandas apontadas pelo grupo social, geralmente através de reuniões e entrevistas. Posteriormente a busca pelas soluções se dá juntamente com a comunidade, possibilitando assim melhoria da organização e a construção de tecnologias sociais.

9 - Para pessoas com limitações psicossociais como é feita o processo inicial do processo?

Não houve trabalhos com essas pessoas no período de estágio.

10 - Existe convênios com órgãos para que direcionem as pessoas mais necessitadas para a participação das incubadoras?

Sim, as prefeituras através dos conselhos e secretarias, assim como a EMATER foram importantes nos projetos.

11 - Como é a participação dos órgãos públicos e privados na administração das incubadoras?

A ITCP-UFPR como programa de extensão não sofre interferência direta de órgãos públicos e privados, apenas da Universidade. As parcerias externas são basicamente para os projetos, eventos e etc.

12 - A administração da Universidade Federal do Paraná nos níveis de coordenação até Reitoria colaboram de alguma forma para o desenvolvimento e manutenção de seu sistema administrativo?

Sim, através da PROEC a ITCP-UFPR oferece bolsas para estudantes de variados cursos que formarão a equipe de trabalho.

13 - Os alunos da UFPR tem conhecimento da existência das Incubadoras?

Ainda é baixo o percentual de estudantes que conhecem a ITCP-UFPR.

14 - Qual o perfil dos alunos que tem interesse em participar dos projetos da Incubadora?

Estudantes que se identificam com atividades de extensão e de temas relacionados à Economia Solidária.

15 - Existem oficinas, palestras, jornais que divulguem a existência das incubadoras?

Sim, nos projetos como na ilha de Superagui foram realizadas oficinas com temas variados (reciclagem, compostagem, zoonoses, etc...) e também para comunidade interna da UFPR como o último evento intitulado “A Universidade em Debate: Perspectivas para a Economia Solidária em cenário de crise econômica”, realizado no campus Agrárias em novembro do ano passado.

16 - Quais são os maiores entraves no processo de incubação de uma empresa?

- I) Realização de um diagnóstico preciso do público alvo;
- II) Aceitação e confiabilidade por parte público alvo;
- III) Curto período dos projetos de extensão;
- IV) Alta rotatividade dos estudantes na equipe de trabalho;
- V) Desincubação e manutenção da autogestão.

17 - Qual o fator primordial que leva uma empresa incubada a ter êxito?

Princípios e objetivos em comum dos integrantes do grupo para superar os desafios da organização e da autogestão. Outro fator é a construção e aplicação de tecnologias sociais que irão impactar positivamente na empresa incubada.

18 - Existe algum tipo de empreendimento que não consegue vingar no processo Incubatório?

Vale ressaltar que para o empreendimento “vingar” torna-se imprescindível que as pessoas do grupo tenham objetivos em comum e conhecimento dos princípios do cooperativismo. Situações em que isso não ocorre, aumentam as chances do empreendimento não ter continuidade, independente do tipo.

19 - No processo incubatório qual questão dificulta na continuidade do processo?

Entre os fatores que fragilizam as organizações, estão: falta de organização interna, ausência da manutenção das lideranças, ausência de estratégias motivacionais e desconhecimento dos princípios do grupo.

20 - Qual o tempo mínimo para a incubação das empresas?

Este período apresenta grande variação, pois dependerá do nível organizacional que o grupo se encontra, podendo ser um ano ou mais.

21 - Como se administra a questão de conflito de interesses das pessoas?

Através de diálogos e da busca por objetivos em comum dos envolvidos. Outro fator importante na gestão de grupos é transparência das ações e da questão financeira que facilmente podem gerar conflitos.

22 - Por ser interdisciplinar qual tipo de profissional existe maior deficiência nas Incubadoras?

Dependerá do público alvo, geralmente existe maior deficiência de profissionais da área das agrárias, pedagogia e ciências sociais.

23 - As pessoas desempregadas possuem algum tipo de aparato durante esse processo?

O aparato são os trabalhos de extensão desenvolvidos. Para a elaboração e aprovação dos projetos, o fator de impacto no bem-viver e na qualidade de vida das pessoas tem grande importância.

De certa forma sim, um exemplo são os projetos que possibilitam o pagamento de bolsas específicas para profissionais recém-formados.

24 - Existe algum tipo de regra de conduta durante esse processo?

Os trabalhos deverão ser executados em acordo com os princípios e referências adotadas pela incubadora.

25 - Como é o funcionamento da questão do comprometimento dos incubados e incubadores?

A equipe interdisciplinar da incubadora realiza o diagnóstico, ações e acompanhamento com reuniões periódicas, o comprometimento dos incubados depende do grau de organização e do objetivo do grupo. Observa-se a necessidade da adoção de estratégias motivacionais para aumentar a participação dos envolvidos.

26 - Existe algum sistema de doação para as Incubadoras?

Na ITCP-UFPR não.

27 - Como funciona a gestão de recursos humanos para o funcionamento como salários, estagiários e voluntariados?

Os bolsistas ou voluntários estão vinculados à PROEC-UFPR, orientados pelo coordenador ou ao CNPQ com contratos de geralmente um ano, técnicos e professores são vinculados diretamente ao quadro fixo da UFPR.

28 - Existe alguma ideia para tentar resolver as questões mais emergências das incubadoras que esbarram em burocracia?

Aumento no quadro de colaboradores remunerados (técnicos estudantes e professores). Aproximação das incubadoras aos programas de pós-graduação da Universidade, o que aumentará o quadro de colaboradores e conseqüentemente fortalecerá o programa de extensão.

29 - Como funciona a questão jurídica para o início da consolidação das empresas incubadas?

Elaboração de estatuto, definição dos cargos e das respectivas funções, criação de CNPJ, enquadramento na legislação vigente e reuniões periódicas.

30 - Existe algum projeto na Câmara que agilize os entraves dos processos incubatórios?

Atualmente desconheço tais projetos.

31 - Quais são os projetos de futuro das incubadoras?

Não é possível responder no momento.

32 - Existe algum tipo de intercâmbio de incubadoras a nível nacional e internacional?

Sim, nacionalmente através da Rede Universitária e Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e internacionalmente através da AUGM (Asociación de Universidades Grupo Montevideo) com encontros e congressos que relacionam temas pertinentes às incubadoras.

33 - Existe algum processo que é implementado em outra incubadora no país ou no exterior em que se deseja instituir nas UFPR?

Aproximação mais efetiva da incubadora com programas de pós-graduação e outros programas de extensão da Universidade.

34 - Como é abordada a questão do analfabetismo funcional nas Incubadoras?

Com a adequação da linguagem a ser utilizada.

35 - Como funciona o processo de capacitação dos Recursos Humanos dos instrutores das Incubadoras?

Através de encontros semanais, também chamado de “formação”, cujo objetivo é avançar na discussão de temas pertinentes. Outro importante momento de capacitação são as vivências, em que a equipe permanece por alguns dias na comunidade.

36 - Existe algum tipo de extensão que sirva de apoio das incubadoras das Universidades nos municípios?

Sim, no caso do projeto com agricultores em Tunas do Paraná, a EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) foi importante para o andamento das ações.

37 - Existe algum tipo de indicador que mostre os avanços conseguidos das incubadoras na sociedade?

Através da produção científica apresentada nos encontros e congressos. As publicações da ITCP-UFPR também se encontram no site http://www.itcp.ufpr.br/?page_id=239

38 - Existe algum portal ou site que agilize o processo de gestão da informação para novas ideias e soluções?

No momento desconheço tal ferramenta.

39 - Qual o perfil desejado dos instrutores que trabalham nos projetos da incubadora?

Pró-ativos e com facilidade para relacionar-se com pessoas.

40 - Existe algum convênio com alguma entidade religiosa?

Sim, durante os projetos houve aproximação com entidades religiosas que possibilitaram maior alcance das ações realizadas.

41 - Após a autonomia das empresas incubadas como é o processo de monitoramento das mesmas?

As visitas tornam-se menos frequentes e o grau de acompanhamento dependerá também do período vigente de projeto (com a finalização do projeto, reduz também os recursos direcionados para as ações).

42 - Sabendo-se que o cooperativismo puro foi criado como filosofia de uma empresa não suscetível a falência como se comporta as empresas incubadas nesta questão?

Diante da dinâmica de mercado, torna-se necessário que o empreendimento tenha gestão de qualidade e eficiência em suas ações. A redução de custos e agregação de valor também são relevantes para manter a sustentabilidade econômica do mesmo. Entretanto, nem sempre essas estratégias são aplicadas e dependerá do grau organizacional do empreendimento.

43 - Como é dívida a produção e lucro entre os cooperados?

A divisão é de acordo com a produção, ou seja, quem produz mais terá maior participação no lucro. Um exemplo é a participação dos agricultores no Programa de Aquisição de Alimentos, onde o projeto é da Associação, porém a produção e pagamento dos produtos são diferenciados para cada agricultor.

44 - Em que tipo de setor as incubadoras possuem mais chance de obter sucesso?

Não tenho esse conhecimento. Sugiro pesquisas.

45 - Como funciona as cooperativas populares de produção?

No caso da APROTUNAS, os associados participaram desde a construção do estatuto até a manutenção do mesmo. As estruturas físicas como o galpão para produção de ração e maquinários pertencem à associação e são de uso coletivo. As reuniões periódicas objetivavam a organização interna, de eventos, oficinas, compras/vendas coletivas, acesso a políticas públicas entre outros assuntos pertinentes aos agricultores participantes.

46 - Quantos tipos de cooperativas populares existem com relação aos objetivos, como por exemplo as de bens de consumo?

Não tenho esse conhecimento. Sugiro pesquisas.

47 - Como funciona a linha de empréstimo dos bancos para os cooperados, existe uma linha de crédito para essas pessoas?

Não tenho esse conhecimento. Sugiro pesquisas.

48 - Como é a questão de funcionalidade das cooperativas populares no mundo a fora?

Através da produção de bens de consumo e comercialização. No caso da APROTUNAS, a comercialização ocorre através de canais diretos como feira ou através de programas federais como PAA e PNAE.

49 - Existe alguma que pode ser citada como modelo para as outras cooperativas?

Os empreendimentos apresentam particularidades em decorrência do contexto que se encontram inseridos. Não existe “modelo” de empreendimento que possa ser rigidamente reaplicado em outro lugar, o que existe são empreendimentos considerados referência no que diz respeito à organização, gestão e comercialização. A APROTUNAS é um empreendimento que teve sucesso no período que participei

das ações, tendo certas limitações organizacionais devido à redução na frequência de reuniões dos associados.

50 - Se existir essa cooperativa modelo o que essa possui com que faz com que seja o diferencial com relação as outras?

O que torna uma cooperativa referência é o bem-estar gerado aos cooperados e aos consumidores; capacidade organizacional; estabilidade econômica; respeito ao meio ambiente e outros aspectos que garantem benefícios a quem pertence ao grupo.

51 - Como funciona a questão educacional nas incubadoras com relação a questão da sustentabilidade do meio ambiente?

No caso ITCP-UFPR, trabalha-se com referenciais teóricos que transformam-se nas ações práticas e contemplam a sustentabilidade em todas as suas esferas (cultural, econômica, social e ambiental).